

TERRA E MEMÓRIA: OS TERRITÓRIOS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

Paulo Humberto Porto Borges

Professor Doutor do Curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

pauloportoborges@gmail.com

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo, a partir da metodologia e técnicas de história oral junto às comunidades indígenas Guarani, reconstruir o mapa territorial Guarani de meados do século XX, afirmando que existiam aproximadamente 30 aldeamentos Guarani no Estado do Paraná que foram sistematicamente desterrados enquanto política oficial dos governos brasileiros. No intuito de defender e promover a colonização não-índia, o Estado brasileiro simplesmente deslocou e confinou de forma compulsória centenas de famílias indígenas Guarani para as terras de seus antigos inimigos, a área indígena Kaingang de Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras/PR. Estes deslocamentos e migrações forçadas permanecem vivas na memória e no imaginário dos velhos Guarani, e nos permitem recontar e reconstruir parte do que foi o grande território Guarani do início do século XX, vozes e versões que permanecem silenciadas pela “história oficial” e não reconhecidas pelo Estado brasileiro.

PALAVRAS CHAVES: territorialidade, memória, povos Guarani, Paraná

ABSTRACT:

This paper has the objective, from the methodology and oral history technique with the indigenous Guarani communities, rebuild the territorial Guarani map in the middle of the 20th century, stating that there were roughly thirty Guarani tribes in Paraná State that were systematically left without land because of the official politics from the Brazilian governments. Having the intention to defend and promote the non-indigenous colonization, the Brazilian State simply dislocated and confined in a compulsory manner hundreds of Guarani indigenous families for the land of the old enemies, the indigenous area of Kaingang in Rio das Cobras, located in the city of Nova Laranjeiras/ Paraná state. These forced dislocations and migrations remain alive in the memory and in the imaginary of the elderly from Guarani people, and permit us retell and rebuild part of what once was the great Guarani territory in the beginning of the 20th century, voices and versions that remain silenced by the “official history” and not recognized by the Brazilian State.

KEY WORDS: territoriality, memory, Guarani people, Paraná

Mas estes índios, cujo maior defeito talvez seja a inconstância, demonstram uma admirável persistência e perseverança na persecução dos seus – bem posso dizê-lo – elevados desígnios

Curt Nimuendaju

INTRODUÇÃO

A partir de abundantes registros arqueológicos e etno-históricos, podemos afirmar que os Guarani possuem uma presença imemorial no Estado do Paraná, em especial na região da Tríplice Fronteira, evidências que antecedem em muito a colonização europeia e que remontam a 80 d.C. A conquista também testemunha a presença destes povos no Sul do Brasil, como nos afirmam os inúmeros relatos de viajantes e jesuítas que perambularam na região ainda no início do século XVI, como o espanhol Cabeza de Vaca e o jesuíta Antonio Ruiz de Montoya.

Ainda no final do século XVI são fundadas as primeiras Missões Jesuíticas na faixa que hoje compreende a extensa área que abrange as margens do rio Paraná e seus afluentes, e, das quinze missões fundadas neste território treze são sobre áreas densamente povoadas por comunidades Guarani. No período que compreende os anos de 1610 á 1628, estas reduções são destruídas por bandeiras oriundas de São Paulo, com o objetivo de apresarem os Guarani e levá-los como escravos para a máquina colonial portuguesa.

A liberdade dos de São Paulo avolumou-se mais, e foi por falta de castigo. Assim, desde o ano de 1628 até os tempos presentes, não cessaram eles de combater a cristãos, de cativá-los e vendê-los. Fizeram com mão hostil a sua entrada na redução de São Xavier, povoado de muitos moradores, onde desde muito tempo se achava colocado o Santíssimo Sacramento. Bem informados, a propósito da crueldade destes alarbes, seus vizinhos se meteram em grande número nos bosques, indo para lá em companhia de mulheres e filhos, e dali saindo as suas próprias plantações em busca de alimentos. Nisso topavam contudo com os inimigos, que os prendiam e atormentavam, para que lhes dissessem onde tinham deixado sua chusma ou gente, em cuja procura em seguida iam, levando-a a seus palanques e paliçadas. (Montoya, 1997:146)

Este conjunto de hecatombes que recaiu sobre a população Guarani, que se inicia com as reduções jesuíticas e segue com a vinda das bandeiras paulistas, ocasionou uma grande diáspora destas comunidades, que foram mais e mais se internando nas selvas brasileiras, paraguaias e argentinas. Estas comunidades viveram uma relativa calma até meados do século XIX, quando eclode a Guerra do Paraguai, que irá alavancar mais um êxodo Guarani, dispersando inúmeros aldeamentos e promovendo novos deslocamentos forçados.

Durante la época colonial, a lo largo del siglo XIX y hasta la actualidad, hubo grupos guaraní que conseguieron sobrevivir libres del sistema colonial. Selvas relativamente alejadas de los centros de población colonial, poco o nada transitadas por los “civilizados”, los mantuvieron lo suficientemente aislados para que pudieron perpetuar su ‘modo de ser’ tradicional. Considerados apenas como sobrevivientes de un mundo ya superado, fueron denominados genéricamente “Kaygua” y “montaraces”. Apenas conocidos, sólo fueron raramente visitados por algún que otro viajante en el siglo XIX y pudieron pasar tranquilamente hasta el siglo XX sin especiales interferencias exteriores. (Melia, 1993:18)

Apesar da Guerra do Paraguai ser o maior conflito envolvendo os povos da Tríplice Fronteira, pouco se sabe sobre o impacto desta guerra junto às populações indígenas envolvidas no conflito, como os Terena e os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul e parte dos chamados Guarani “paraguaios”, que se viram forçados a lutarem por seus respectivos governos nacionais. Assim como em relação às diversas comunidades indígenas Guarani do Paraguai, Brasil e Argentina que, mesmo não pertencendo aos exércitos regulares de seus respectivos países, foram alcançadas pelo conflito. Para estas comunidades que até então haviam logrado manter-se relativamente a salvo da sociedade não-índia – refugiadas nos recônditos das florestas e regiões pouco habitadas – a Guerra do Paraguai terminou por desempenhar um triste papel civilizatório ao atravessar, ocupar e destruir o último nicho tradicional de diversos grupos Guarani. Abrindo caminho para a total desintrusão destas terras em favor do grande capital, pois após a guerra vastas regiões de florestas e ervais até então nominalmente indígenas passam para as mãos de companhias privadas, que, passam a utilizar a mão-de-obra Guarani em um regime de quase servidão. Parte destas comunidades, acompanhando o movimento das frentes de exploração da erva-mate, se deslocaram para o Brasil e foram constituindo-se em diversos Tekoha espalhados

por toda a fronteira, em especial no Mato Grosso do Sul, que então era território paraguaio e agora se tornava parte integrante do Brasil, como espólio de guerra.

Em vários casos, comunidades inteiras Guarani se deslocaram para o Brasil e, mais tarde, também foram alcançadas pelas frentes civilizatórias a partir dos anos 1940. Como no dramático relato de migração do professor indígena Pedro Mirim, explicando a sua diáspora: “(...) minha avó contava o que ela passou, na época da guerra, com a minha mãe. Ela contou que tinha um caminho estreito por onde eles passaram durante essa guerra. Eles se escondiam debaixo das pedras. A sorte é que o nenê não chorou, senão todos teriam sido mortos. Por isso que todos nós chegamos vivos até o final da guerra”.

A partir deste quadro, o alvorecer do século XX encontra inúmeros aldeamentos Guarani no estado Paraná, fruto de dois movimentos distintos, parte resultado da ocupação imemorial dos povos Guarani no estado do Paraná e parte resultado das diversas imigrações e deslocamentos ocasionados pela Guerra do Paraguai. É importante frisar que para os indígenas que se deslocaram do Paraguai esta terra toda “é terra Guarani”, já presente na cosmovisão do grupo como área tradicional e pertencente ao seu povo. Estes aldeamentos constituídos a partir da extração da erva-mate e da venda madeira irão se concentrar especialmente a região oeste do Paraná. Estes dois tipos de ocupação indígena – as famílias que vão se radicando por meio do trabalho dos ervais e da madeira – e as ocupações mais antigas e tradicionais, vão se mesclando por meio de uma intrincada rede de parentesco, de casamentos entre as comunidades e construindo novas alianças políticas. Segundo relatos dos indígenas Guarani, ao contrário da versão dos colonizadores – que apontam para um “vazio demográfico” – existiam aproximadamente trinta e um *tekoha's* dispersos pelo estado, cada qual com algumas dezenas de famílias, possuindo fortes laços e relações de parentesco ente si, não sendo raro visitas para batismo e casamentos, se constituindo em um extenso território de trânsito Guarani.

Minha mãe é nascida aqui no Brasil mesmo, chamava “Cidade” e agora é Toledo. Ela nasceu ali, se criou ali, quando tinha quinze anos ela foi para lá e casou com meu pai. E aí ele voltou para essa aldeia de Jacutinga. E nasci ali mesmo, nessa aldeia de Jacutinga (...). E também lembrei que quando eu tinha dez anos, a pessoa que sempre ia à aldeia para fazer cerimônia, reza, elas iam daqui de Santa Helena que se chamava “Dois Irmãos”, por causa do rio daqui. Eles moravam na beira do rio que se chamava “Dois Irmãos”. E eles sempre

falavam, quando a gente perguntava, eles falavam, “a gente veio da aldeia ‘Dois Irmãos’ (Depoimento de Pedro Alves).

O *teko* Guarani tem sua força fundante na chamada economia de reciprocidade, que é a economia do não-acúmulo, caracterizada como comunismo primitivo.

A economia de reciprocidade permite a circulação horizontal de mercadorias, e quando o produto é acumulado, ele é acumulado em favor de algum que, por sua vez, distribuirá aos outros. Nesta economia, ao invés de sobressair-se pelas riquezas adquiridas e acumuladas à pessoa destaca-se socialmente pela prática do não-acúmulo, devido á isso, para o Guarani, é importante doar bem mais do que recebeu. Por exemplo, a poligamia dos Guarani permite que os chefes tribais tenham mais mulheres para a confecção da *chicha*, afinal, ter mais mulheres possibilita dar cervejadas maiores. O líder da comunidade não somente devolve a mandioca que recebeu, como devolve em forma de cerveja.

A economia de reciprocidade praticado pelos Guarani não deve ser entendido como apenas uma troca, mas como um elaborado contrato social. Antes de ser uma vontade arbitrária do grupo ou uma opção autônoma de organização, a reciprocidade guarani é estritamente pautada nas relações sociais construídas pelo grupo e o com meio físico, a partir dos limites e possibilidades de suas forças produtivas.

Afinal, é importante ter claro que, o regime de propriedade, assim como todo entorno social é definido pelo desenvolvimento destas forças produtivas em questão. Caçadas coletivas e roças coletivas, no que diz respeito ao grande agrupamento familiar, que é a peça fundante das sociedades Tupi, demanda um modo de produção coletivo, no qual o produto, seja da caçada ou do roçado pertence ao coletivo familiar, constituído por uma intrincada e elaborada relação de parentesco, que admitia como parente praticamente todos habitantes da comunidade. Este contexto social-econômico possibilitava o *jopo’i* (economia de reciprocidade, ou, *mãos abertas*), a lógica do não-acúmulo, pois, a produção era construída em regime de mutirão.

O crescente e inevitável contato dos Guarani com a sociedade européia, ocasionou um rearranjo na perspectiva histórica destes povos. O mundo, não sendo mais o mesmo, necessitava de novas respostas tanto na área econômica quanto cultural. A liquidação da formação social Guarani, baseado no mutirão e coletivismo, terminou por ocasionar uma nova forma de relação

com o meio, fruto do mercantilismo imposto pela expansão agro-pastoril. A desagregação cultural e econômica ocasionadas pelas frentes de contato, forçaram as famílias indígenas ao trabalho compulsório e a migrações forçadas para as fazendas e propriedades privadas:

Então, depois acabou aquilo lá (a Colônia Guarani), por causa da bebida alcoólica. Era uma área muito linda, muito bonita, era uma área grande e não tinha muitos membros, estávamos seguindo muito bem, depois, entrou o branco e o paraguaio e ali começaram dar bebida alcoólica, daí o Guarani começou a largar da cultura, largar tudo... começaram a beber bebida alcoólica... daí nós saímos de lá, mas a única área que conhecíamos era aquela lá. O pai conseguiu um trabalho na terra de um colono, ficamos lá um tempo, de lá fomos para outro, e outro... Depois disso é que fomos saber que havíamos ganhado essa área do Ocoy, mas naquele tempo nós andamos de fazenda em fazenda (Depoimento de Miguel Rodrigues).

O caráter competitivo, concentrador de renda e promotor da desigualdade social resultante do capitalismo das frentes colonizatórias européias caíram como uma hecatombe no *reko* Guarani. Em questões de séculos, às vezes apenas décadas, a economia de reciprocidade (naturalmente coletivista, pois era preciso ter alguém com quem praticar a reciprocidade) foi sendo substituída por uma economia antagônica, baseada na acumulação e no mérito individual. As novas maneiras de organização decorrentes das novas relações entre os Guarani e o processo social de produção, se refletem e se apresentam de diversas formas na atual constituição destes grupos indígenas, desde a materialidade da fabricação e venda de artesanatos a formas mais representativas e simbólicas, como a língua. Segundo Meliá, os povos Tupi antigos, assim como os Guarani, possuíam algumas palavras ritualizadas que eram utilizadas ocasião da cerimônia da antropofagia junto aos prisioneiros inimigos, como *ojagua* (agarrar) e *tepy* (vingança): “eu agarro meu inimigo e, matando-o, vingo a morte de meus parentes capturados por ele”. É bom lembrar que os rituais antropofágicos Tupi tinham um aspecto quase que litúrgico. Ao contrário do que dizem alguns cronistas, o ritual antropofágico não era um banquete de bestas-feras famintas, mas, um cerimonial extensamente elaborado com o intuito de honrar o inimigo capturado, exaltando seu valor e heroísmo na guerra. Afinal, o objetivo era “devorar” a coragem do prisioneiro, e não simplesmente saciar a fome, como vários livros didáticos apresentam. Meliá afirma que a própria antropofagia faz parte desta economia de reciprocidade, pois, o que ela representa senão uma troca?

No contato com o capitalismo e sua instauração junto aos grupos Guarani, as palavras *ojagua* e *tepy* tiveram seus significados transformados a fim de acompanharem a mudança estrutural nas relações econômicas, ou seja, a mercantilização das coisas. *Tepy* (vingança) tornou-se *preço*, *ajogua* (agarrar) tornou-se *comprar* e a palavra *mu* (trato de amigos), largamente utilizada para caracterizar a reciprocidade, desdobra-se em *ñemu* (vender). Não é difícil entender a profundidade desta transformação: na ótica Guarani, a economia capitalista não passa de uma estrutura vingativa na qual as pessoas vingam-se umas nas outras (cobram pelos seus serviços e são cobradas continuamente, nada é recíproco) e agarram as coisas transformando-as de coisas em propriedade. A lógica capitalista para as diversas lideranças religiosas Guarani é apenas o prenúncio de que a terra está exaurida e que o mundo está se tornando cada vez mais *ñeychyrõgui arauka i anguaẽema* (“terrível e imperfeito”).

Quando os pajés, em seus sonhos, vão ter com Ñanderuvuçu, ouvem muitas vezes como a terra lhe implora: ‘devorei cadáveres demais, estou farta e cansada, ponha um fim a isto, meu pai’. E assim também clama a água ao criador, para que a deixe descansar; e assim também as árvores, que fornecem a lenha e o material de construção; e assim todo o resto da natureza. Diariamente se espera que Ñanderuvuçu atenda as súplicas da sua criação (Nimuedaju, 1987:71).

Os relatos orais Guarani

A partir de meados do século XX os Guarani novamente se viram frente ao desterro, alcançados pela frente de expansão agro-pastoril que irá convulsionar o estado do Paraná, impulsionada pela chamada “marcha para o oeste” – a partir de ondas de colonizadores oriundas do sul brasileiro. Os aldeamentos Guarani – que até então conviviam com a esparsa sociedade não-índia – se tornam um incômodo entrave para a expansão capitalista. Os indígenas guarani com a sua firme obstinação em afirmar que estas terras eram “tradicionais” e que “pertenciam a Nãnderu” – “*Ko yvy hoguereko ijara*” – necessitam serem deslocados, reduzidos e confinados em áreas pré-estabelecidas pelo Estado.

A preocupação em ordenar a ocupação territorial do Paraná, se lê no relatório de 1934 no qual o então Secretario de Fazenda e Obras Públicas do Paraná, Othon Mader, alertava o governador Manuel Ribas a respeito das terras devolutas e da necessidade de coibir a prática da

grilagem que ano a ano promovia notáveis “usurpações de vastos territórios de que usurpadores se apossam com golpes de audácia, apoiados em falsos documentos e auxiliados pela conivência de inescrupulosos funcionários públicos e serventuários da justiça (...) esse processo de apropriação indébita de terras ficou consagrado pela denominação de “Grilo”, que já é hoje uma expressão jurídica”.

Neste mesmo documento, o secretário Mader também argumenta a necessidade de limitar as terras indígenas do estado: “Cremos também na necessidade que uma revisão dessas concessões se impõe, fazendo se reverter ao Estado às terras que não estejam real e efetivamente sendo usufruídas pelos índios, pois sabemos de grandes extensões que lhes foram reservadas e que hoje estão abandonadas ou apenas ocupadas parcialmente ou em pequena parte (...)” ainda segundo o documento, o estado brasileiro havia sido generoso demais com as populações indígenas do Paraná e, devido as hordas colonizatórias era forçoso rever este quadro em favor do colono e a solução defendida era concentração de todos os “índios” – sejam Kaingang, Guarani ou Xetá – em uma única reserva.

Se houve prodigalidade das administrações anteriores para com o nosso gentio, reservando vultosas glebas já desde 1900 para os nossos índios viverem a vida erradia e aventureira da caça e da pesca, tão justificável nos tempos do Brasil colonial, hoje em dia, quando os nossos sertões se povoam de colonos nacionais e as tribos extremamente se reduzem a insignificantes grupos de famílias ociosas, mercê talvez de um serviço mal orientado de catequese, já não compreende que perdue o mesmo critério errôneo. Faz mister a adoção de medidas mais eficientes que conduzam ao fim esses últimos elementos de uma raça que se extingue ao convívio dos civilizados. Faz se necessário que se os localize em um ponto só ao alcance dos recursos de que são carentes e que se providencie a reversão das terras abandonadas ao domínio direto do Estado para as destinar a colonização efetiva.

A partir da década de 1940, esta estratégia começou a ser posta em prática de forma mais efetiva enquanto uma clara e definida política de estado, com participação de diversos órgãos oficiais e do Serviço de Proteção ao Índio, e a área escolhida para a concentração dos vários aldeamentos Guarani, foi a A.I Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras. A área indígena Kaingang, mesmo sendo demarcada apenas no início dos anos noventa já era destino comum para as diversas comunidades Guarani que começaram a ser desterradas de forma metódica pelo SPI.

Os diversos relatos orais de indígenas Guarani nos permitem reconstruir parte da história dos desterramentos oficiais, que, contraditoriamente, não aparecem nos documentos e versões oficiais. As falas dos velhos Guarani – que sobrevivem tanto nos indivíduos como na memória coletiva – nos permitem reconstituir uma história “á contrapelo”, se contrapõe de forma vigorosa as fontes oficiais que – com raras exceções – insistem em ignorar completamente a ocupação Guarani, assim como seus constantes deslocamentos migratórios.

O Parque Nacional era um local contínuo, e nós andávamos lá desde antes da época da colonização, antes da Itaipu. O Guarani sabe, e contavam (os velhos) tudo direitinho, as aldeias antigas, tinha Toledo, tinha em Cascavel, lá também tinha um *paradero*, quando se fala *paradero* significa que por ali o Guarani migrava, então ainda que não seja uma aldeia eram locais de migração. O grupo não permanece todo o tempo ali, mas é nossa área, por onde o Guarani vai passar de Toledo a Capanema, nesses locais se procuram cemitérios (Depoimento de Teodoro Alves).

Nesse sentido, a história oral continua sendo um dos principais instrumentos metodológicos do historiador que atua junto aos povos oriundos da chamada “civilização da palha”, como as diversas comunidades indígenas, povos ágrafos e, conseqüentemente, de forte tradição oral. As técnicas de história oral nos permitem coletar relatos e memórias que valorizam a historicidade de povos tradicionais, possibilitando um rico intercâmbio entre a fala destes grupos e a documentação oficial.

A partir de fontes orais recolhidas nos depoimentos Guarani é possível identificar aproximadamente trinta e um aldeamentos indígenas que foram desterritorializados nos anos cinquenta com anuência e ação direta do SPI, caracterizando uma política de estado em relação ao “problema indígena” no Paraná. O *xamõi* Honório Benitez rememora os acontecimentos que os fizeram migrar para Rio das Cobras, assim como as demais comunidades que não mais existem no Paraná. Nas palavras de Honório:

Nós ficamos em várias aldeias, e meu pai foi trabalhar em Guaira em uma firma de mate, e voltamos de novo para a aldeia de Lope’i (município de Toledo) e me criei ali e depois nós voltamos, fomos de novo para o Lope’i e moramos doze anos ali. E depois fomos para Memória (município de Cascavel) e ficamos mais três anos, ali tínhamos cerca de cinquenta famílias e depois em Campinas (município de Toledo), ali tinha vinte famílias que eram meus avós, todos moravam ali, toda a minha família, perto do campo de aviação (...). Também moramos vários anos na aldeia de Rio Branco (município de Marechal Cândido Rondon), e lá tinha quinze famílias. Estas aldeias não existem mais por que entraram os colonos naquelas terras para colonizar e expulsaram os indígenas do Rio Branco e aqui na Campina também, nós morávamos ali quando fomos levados para Laranjeira (reserva de Rio das Cobras) por

uma firma, nós tínhamos laranja, tinha plantação ali, mas ficou tudo, eles nos levaram para lá para o Rio das Cobras (Depoimento de Honório Benitez).

Os depoimentos e as falas Guarani apontam para dezenas de aldeias que paulatinamente deixaram de existir no Paraná por uma ação intencional e metódica do Estado brasileiro; são aldeias que se tornaram invisíveis para a história oficial que insiste em afirmar que “estes Guarani vieram do Paraguai”. A antropóloga Malu Brant em seu doutorado denominado “Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras: A trajetória dos Guarani do Oco'y - Violência, Silêncio e Luta” reconstrói um quadro a respeito das aldeias Guarani do século passado, apontando para a existência de trinta e uma comunidades Guarani até os anos setenta no estado do Paraná. Estas aldeias também aparecem em todos os relatos coletados junto aos informantes Guarani em nosso trabalho, o que difere é grafia do nome, o tamanho e o número de famílias, porém, todos se referem a estas comunidades como antigos *tekoha* e apontam para os principais núcleos indígenas que ficariam nas aldeias de Memória, Mato Queimado e “Colônia Guarani”. A tabela abaixo dividida em quatro elementos distintos mas complementares para se entender os deslocamentos e migrações forçadas que ocorreram com as comunidades Guarani do Paraná. E nos dá um idéia do antigo mapa territorial Guarani que pouco a pouco foi sendo destruído pelas frentes capitalistas, ordenadas pelas empresas privadas e pelo próprio estado. Nesse sentido, para melhor compreensão dividimos a tabela em quatro elementos complementares que se fecham em um ciclo perverso, que são: local geográfico (onde se encontrava a comunidade indígena Guarani), denominação tradicional do Tekoha; número de famílias, data de sua expulsão e a característica da frente de contato, que se encontra subdividida em fazenda (grandes frentes agro-pastoris) e colonos (avanço de pequenos proprietários rurais).

Município	Aldeia	Famílias	Data de expulsão
Toledo	Campina	30	1957 – Fazenda
Toledo	Britador	20	1954 – Fazenda
Toledo	Memória	42	1952 – Fazenda
Toledo	Lope'i	32	1953 – Cidade

Toledo	Barro Preto	15	1953 – Cidade
Cascavel	Mbo'i Pygua	17	1949 – Cidade
Marechal Rondon	Rio Branco	17	1958 – Colonos
Campo Mourão	Iguaçuinho	22	1942 – Fazenda
Laranjeiras do Sul	Tapera	50	1945 – Fazenda

Foz do Iguaçu	São João Velho	40	1966 – Colonos/PN
Foz do Iguaçu	Colônia Guarani	40	1966 – Colonos/PN
Porto Mendes	Camba'i	14	1914 – Colonos
Santa Teresinha	Guavirá	20	1950 -Colonos/Itaipu
Santa Terezinha	Passo Kuê	45	1950 - Colonos/Itaipu
Santa Teresinha	Takua Pinda'i	12	1950 - Colonos/Itaipu

Município	Aldeia	Famílias	Data de expulsão
Santa Teresinha	Mborevy	12	1950 - Colonos/Itaipu
São Miguel do Iguaçu	Ocoy – Jacutinga	32	1982 - Colonos/Itaipu
Foz do Iguaçu	M'boicy	15	1940 – Col
Marechal Rondon	Quatro Pontes	28	1960 – Fazenda

Toledo	Paraje	16	1961 – Fazenda
Foz do Iguaçu	Sanga Funda	08	1961 – Fazenda
Santa Teresinha	Ipiranga	19	1983 - Colonos/Itaipu
Céu Azul	Tatu-Yupi	18	1975 – Fazenda
Corbélia	Pakova	14	1957 – Fazenda
Santa Helena	Dois Irmãos	10	1982 - Colonos/Itaipu
Santa Helena	Santa Rosa	14	1982 - Colonos/Itaipu
Toledo	Jaboticaba	22	1951 – Fazenda
Espigão Alto	Mato Queimado	88	1975 – Fazenda
Santa Teresinha	Dois Ipês	07	1970 – Colonos
Santa Teresinha	Arroio Léon	09	1971 – Fazenda

Estes dados nos permitem alguns apontamentos fundamentais, como a proximidade das datas nas décadas de cinquenta e sessenta revela uma política de Estado urdida em benefício das frentes de expansão capitalistas, afinal, 70% das áreas são esbulhadas neste período, demonstrando uma ação metódica e sistematizada, apontando para uma espécie de padrão utilizado pelos órgãos públicos, sendo que parte destas áreas, foram posteriormente inundadas pela hidroelétrica de Itaipu, já no início dos anos oitenta. Os despejos possuíam um *modus operandi* que se repetia, que, inicialmente se dava com a vinda dos agentes do SPI na tentativa de convencer a comunidade a se deslocar para a A.I Rio das Cobras. E, caso os indígenas resistissem aos apelos dos agentes, estes retornavam acompanhados de policiais e agentes à paisana (possivelmente jagunços a serviço da empresa interessada) e estes ameaçavam os indígenas fisicamente com armas e violência. O argumento era sempre o mesmo, que aquela terra já tinha dono e ele estava “reclamando a área”, como relembra Honório Benitez: “(...) e nesse dia fomos expulsos de Campinas, vieram seguranças armados e gente teve que sair por que

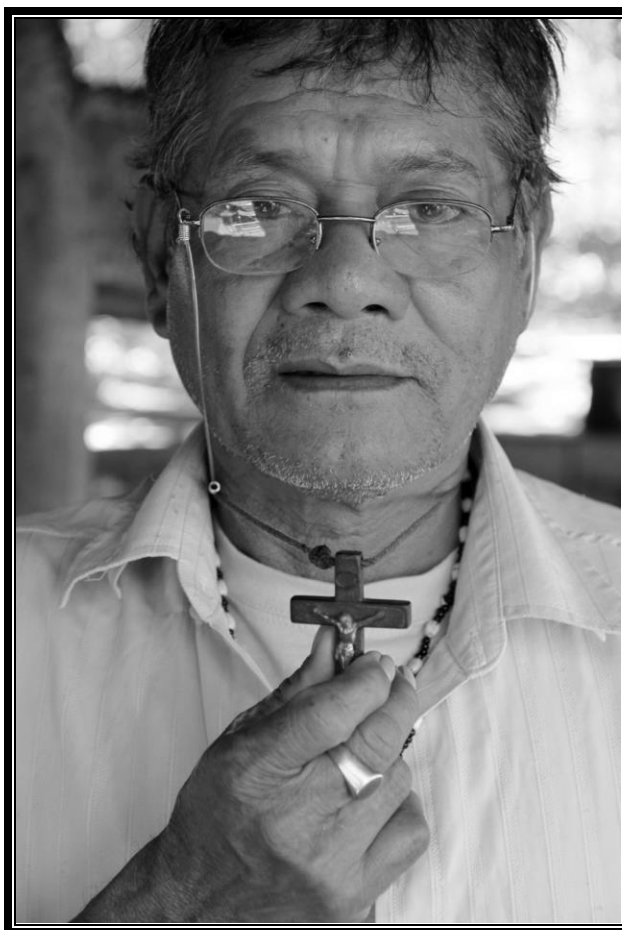
o dono não queria que a gente ficasse mais, que ‘você estão invadindo tudo’, o pessoal do SPI veio com uma carreta e nos deram quatro dias para a mudança, e ainda ficou muita coisa lá”. Em relação ao restante das áreas indígenas, em sua grande maioria, foram atingidas pela barragem de Itaipu ou pela criação do Parque Nacional (PN), e, novamente o estado, por meio do SPI, e agora o INCRA, entram em ação nos despejos destas pequenas comunidades.

A grande maioria destas famílias que foram expulsas por ação do SPI tiveram como destino a A.I. Rio das Cobras, originando nas atuais três aldeias Guarani incrustadas nesta reserva, a Aldeia da Lebre, Água Santa e Espigão Alto, que são comunidades hegemonicamente formadas por indígenas oriundos deste processo de desterro.

Neste sentido, o rezador indígena Guarani Marcolino, da comunidade Guarani da Aldeia da Lebre, também é enfático ao afirmar que, “minha comunidade verdadeira é de Mato Queimado (município de Quedas do Iguaçu), esta terra não é nossa, é e sempre foi tradicional dos Kaingang, hoje, nós moramos aqui por a gente se acostumou, mas, a bem dizer, sabemos que não é nossa...é emprestada. Hoje os Guarani são como um povo sem terra”. E, relembra os momentos anteriores ao deslocamento forçado, a pedido dos agentes do SPI:

Eles falaram (agentes do SPI) que a gente devia reunir tudo, todos iam para a mesma aldeia em Rio das Cobras (...) essa era considerada área da União, e ficou assim. Naquele tempo os índios eram bobinhos e tudo que os brancos faziam se aceitava. Por qualquer coisinha agradam pra dizer que vão ajudar, que vão ganhar na frente alguma coisa, como machado, muda de camisa, de calça, calçado e ele já se entregava. Hoje estou pensando assim, naquele tempo não pensava. Até hoje estou vendo que nós nos afrouxamos pra qualquer conversa, nós nos vendemos, eu digo que aconteceu assim, E antes era bem pior, ninguém conhecia a lei, os direitos, e poucos de nós falavam o português (Depoimento do Guarani Marcolino).

É importante salientar que esta estratégia de concentrar os povos indígenas em uma única reserva com o objetivo de liberar áreas para as frentes de expansão capitalista, não é inaugurada por Othon Mader, mas, já era um método utilizado a larga pelo SPI de São Paulo em relação aos mesmos Guarani, que, a partir dos anos vinte foram deslocados do litoral para a reserva indígena de Araribá, município de Bauru, conforme vários relatos oficiais e dos próprios indígenas.



Marcolino da Silva - Liderança religiosa Guarani de Rio das Cobras

Além disso, para a A.I de Araribá também foram deslocados várias famílias Terena do Mato Grosso Sul com a finalidade de “domesticar” os indígenas Guarani, pouco propensos a se adequarem as normas do SPI. No Paraná, foram os Kaingang tiveram o papel de amansar os indígenas Guarani e colocá-los sob a sujeição oficial.

Os Kaingang eram tradicionais inimigos dos Guarani, e durante séculos disputaram as terras férteis do sul do país, e, na visão do antigo SPI, nada melhor do que históricos rivais - agora submetidos à lógica integracionista do órgão oficial - para serem agentes pacificadores dos insubmissos Guarani. Por tudo isso, e não apenas por questões de caráter cultural, relação entre estes dois povos não se constituiu de forma harmônica, pois, a rivalidade secular mesclada ao papel integracionista atribuído aos Kaingang sempre aflorava nas disputas e questões, rivalidade reforçada pelo incomodo dos Kaingang em terem suas terra tradicionais “invadidas” pelos Guarani, assim como, pela certeza dos Guarani de não pertencerem àquele espaço territorial.

Para os Guarani, aquela terra não era sua por direito, e devido a isso, sabiam que, em uma dada

medida, era necessário se submeter à lógica e a hierarquia Kaingang, uma hierarquia muito distinta do *tekoa porã* (bom proceder), baseada em uma concepção mais verticalizada de poder. Apesar de tanto os Guarani, como os Kaingang não relatarem publicamente estas desavenças – prática de que se dá até os dias de hoje – se encontram nos relatos dos mais velhos, como nas palavras da liderança religiosa Guarani Honório Benitez, que após sua expulsão de Jacutinga (município de São Miguel do Iguçu), migrou compulsoriamente para a área de Rio das Cobras:

Em Rio das Cobras a gente morava junto com os Kaingang, mas, era diferente, tinha problemas, me lembro que um dia eu estava e casa, na minha casa eu tinha criação, porco, milho, roça... tudo. E o tenente (*provavelmente agente do SPI*) mandou me avisar que precisava de mim no dia seguinte cedo lá na sede, que era muito longe, mas, eu não podia largar a criação assim, de repente. E, resolvi que não ia. No dia seguinte a tarde ele foi lá em casa, a tardezinha, com uma corda e cinco Kaingang para me amarrar, eles queriam me deixar amarrado de castigo. Eu falei que não podia...que não podia ir, que também tinha que cuidar das minhas coisas e que amanhã de manhã estarei lá, o tenente falou que eu tinha boa conversa, que sabia falar com as pessoas e daí ele concordou, mas, que eu não poderia faltar amanhã. Acordei bem cedo, por que era muito longe e fui, cheguei na sede lá pelas seis horas, bem cedo mesmo. Ele só chegou as nove horas e falou: ‘você já está aí!’, eu falei que tava já há muito e ele disse ‘tudo bem, mas você não pode mais falar quando a gente chama’ e eu falei que não iria faltar mais (Depoimento de Honório Benitez).



Honório Benitez - Liderança religiosa de Itamarã

É somente a partir de 1990 que se iniciam novas levas de migrações Guarani no oeste do Paraná, inicialmente com a ocupação da área de *Marangatu*/município de Guairá por um grupo de Guarani Ñandeva liderados por Inácio Martins, seguido pela migração para o sítio arqueológico de *Ciudad Real Del Guaira*/município de Terra Roxa, a entrada no Parque Nacional do Iguaçu em 2005 e, mais recentemente pelos deslocamentos para as áreas de *Yv'a Renda Poty*/município de Santa Helena e *Y Hovy*/município de Guairá. Estas novas áreas indígenas (atualmente existem 12 aldeamentos indígenas Guarani nos municípios de Guaira e Terra Roxa) reivindicadas como territórios tradicionais reconquistados são denominadas pelos velhos como *tekoha jevy* ("aldeias que voltam") e expressam a materialidade destes relatos orais, calcados nas memórias dos antigos.

O *reko* Guarani encontra-se baseado no binômio: terra-sem-mal (mundo espiritual) e relações de reciprocidade (mundo material), que se confundem na vivência do grupo. Para o Guarani um é indissociável do outro, caminham juntos e conjuntamente vão explicando os novos desafios advindos do contato. Nesse sentido, a atual busca da terra-sem-males promovida pelos rezadores Guarani, que nos séculos passados foram responsáveis pela grande extensão territorial

dos povos Tupi, permanece, atualmente, sendo é o principal motor da luta pela terra junto ao grande capital agrário. E, as lembranças dos velhos e suas falas a respeito dos aldeamentos que não mais existem – submersos, engolidos pelas grandes cidades ou desterrados pelos campos de soja – nos indicam a necessidade de reconstruirmos esta “história indígena” que vem sendo negada e oculta pelas diversas fontes oficiais, uma história que aponta para o êxodo Guarani e para uma política de contenção e confinamento por parte do estado e da FUNAI.



Indígenas Guarani cercados pela soja - Tekoha Ocoy

REFERÊNCIAS

BORGES, Paulo H. Porto (org.) **Cartilha Guarani**: Nhaneretarã Kuery Va'e Kuere Nhanemãndu'aa. Angra dos Reis. FNDE - Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. 1997.

CARVALHO, Maria Lucia Brant. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras**: A trajetória dos Guarani do Oco'y - Violência, Silêncio e Luta. Tese Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

MELIA, Bartomeu. **El Guarani conquistado y reducido**. CEPAG: Asunción, 1993.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista espiritual**. Martins Livreiro: Porto Alegre, 1997.

MADER, Othon. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, 1934.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. Os Guarani no oeste do Paraná: espacialidade e resistência. In **Revista Plural** N° 13: Marechal Cândido Rondon/UNIOESTE, 2005.

UNKEL, Curt Nimuendaju. **As lendas da criação e destruição do mundo**. HUCITEC: São Paulo, 1987.

VACA, Cabeza. **Naufrações e Comentários**. L&PM: São Paulo, 1987.